

**FUNDO DE INVESTIMENTO MOBILIÁRIO ABERTO
DE AÇÕES - SANTANDER AÇÕES AMÉRICA**

RELATÓRIO E CONTAS REFERENTE AO PERÍODO
FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2022

RELATÓRIO E CONTAS REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2022

CONTEÚDO	PÁGINA
I - RELATÓRIO DE GESTÃO.....	3
II - RELATÓRIO DE AUDITORIA.....	20
III - BALANÇO DO FUNDO DE INVESTIMENTO MOBILIÁRIO ABERTO DE AÇÕES - SANTANDER ACÇÕES AMÉRICA REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2022	26
IV - DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DO FUNDO DE INVESTIMENTO MOBILIÁRIO ABERTO DE AÇÕES - SANTANDER ACÇÕES AMÉRICA REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2022	29
V - DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DO FUNDO DE INVESTIMENTO MOBILIÁRIO ABERTO DE AÇÕES - SANTANDER ACÇÕES AMÉRICA REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2022	31
VI - DIVULGAÇÕES ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE JUNHO DE 2022	33
Nota 1 – Capital do Fundo.....	34
Nota 3 – Carteira de Títulos.....	35
Nota 4 – Princípios Contabilísticos e Critérios Valorimétricos.....	35
Nota 13 – Cobertura do Risco Cotações	38
Nota 14 – Perdas Potenciais em Produtos Derivados	38
Nota 15 – Custos Imputados	39
Nota 17 – Factos relevantes.....	39

I - RELATÓRIO DE GESTÃO

Relatório do Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Ações Santander Ações América

Enquadramento Macroeconómico

Economia Internacional

A dinâmica económica, no primeiro semestre de 2022, esteve indubitavelmente afetada pela invasão da Ucrânia pela Rússia, no dia 24 de fevereiro, iniciando um conflito que teve graves repercussões sobre a economia mundial, ao conduzir a uma subida pronunciada dos preços da energia e das

Crescimento Económico Mundial

	2021	2022P	2023P
Mundo	6,1	3,2	2,9
Países Avançados	5,2	2,5	1,4
EUA	5,7	2,3	1,0
UEM	5,4	2,6	1,2
Reino Unido	7,4	3,2	0,5
Japão	1,7	1,7	1,7
Países em Desenvolvimento	6,8	3,6	3,9
África	4,6	3,8	4,0
Ásia	7,3	4,6	5,0
China	8,1	3,3	4,6
Europa de Leste	6,7	-1,4	0,9
Médio Oriente	5,8	4,8	3,5
América Latina	6,9	3,0	2,0
Brasil	4,6	1,7	1,1

Fonte: FMI (julho de 2022)

matérias-primas, os quais já vinham com uma trajetória de subida desde meados de 2021.

Assim, um ano que se perspetivava de plena recuperação do choque pandémico veio a ser afetado por um segundo choque de oferta, com a conseqüente deterioração das condições económicas e cujos principais efeitos poderão sentir-se mais marcadamente em 2023.

O segundo choque de oferta provocado pela guerra traduziu-se numa aceleração pronunciada da inflação, que registou, no Verão de 2022, máximos de quase quatro décadas, resultando num duplo impacto: (i) uma intervenção mais musculada pelos bancos centrais, com uma subida mais rápida e mais pronunciada das taxas de juro de referência; e (ii) uma deterioração do poder de compra das famílias, com impacto sobre a sua despesa, além do agravamento dos encargos com energia e matérias-primas para as empresas.

Em resultado, assistiu-se, ao longo do segundo trimestre, a uma deterioração da confiança dos agentes económicos, acompanhada de uma revisão em baixa das projeções de crescimento, tanto para 2022, como em especial para 2023.

O Fundo Monetário Internacional, nas projeções de julho do “World Economic Outlook”, incorporou precisamente esses riscos, antecipando uma desaceleração pronunciada da atividade, em especial nas economias desenvolvidas, para 2023, com crescimento abaixo do potencial.

Os riscos estão enviesados em baixa, e associados, na Europa, a um corte total do fornecimento de gás russo a algumas economias, em especial a Alemanha.

Nos EUA, a economia contraiu já em cada um dos dois primeiros trimestres do ano, embora afetada por redução de existências e por contributos negativos das exportações líquidas. O consumo privado

manteve algum dinamismo, embora progressivamente afetado pela subida dos preços e consequente redução do poder de compra. O mercado laboral manteve-se bastante dinâmico, com criação líquida de emprego e a estabilidade da taxa de desemprego em redor de 3.5%.

A aceleração da inflação (que atingiu um máximo de 9,1% em junho) requereu uma intervenção mais rápida por parte da Reserva Federal, que iniciou o ciclo de subida de taxas em março e posteriormente acelerou o ritmo de subida, tendo em julho subido as taxas em 75pb, a maior subida desde 1994.

A zona euro é a região mais afetada pela guerra, considerando sobretudo a maior dependência energética face à Rússia, com os consequentes efeitos decorrentes da redução na oferta e da subida dos preços. Os indicadores de curto prazo começaram a evidenciar uma mais pronunciada desaceleração da atividade, em especial com riscos para o segundo semestre do ano. Contudo, o mercado laboral também permaneceu dinâmico, com a taxa de desemprego em mínimos históricos.

O Banco Central Europeu, em março, comunicou que iria iniciar a progressiva normalização da política monetária, começando pelo término do Programa de Emergência Pandémica de aquisição de ativos (PEPP), no final do primeiro trimestre, e posterior término do programa de aquisição de ativos financeiros (APP), em outubro, após o que se iniciaria a subida das taxas de juro de referência.

A mais rápida aceleração da inflação, que atingiu um máximo de 8,9% em julho (e com alguns países já com inflação nos dois dígitos), levou o BCE também a acelerar o ritmo de subida de taxas, tendo em julho subido as taxas de juro de referência em 50pb, colocando a taxa de refinanciamento em 0,5% e a taxa de depósito em 0%, assim pondo termo a um longo período de taxas de juro negativas. Em junho o BCE havia sinalizado uma subida de 25pb, mas teve de agir em função da dinâmica inflacionista e como forma de evitar a materialização de efeitos de segunda ordem.

Nos mercados emergentes, a atividade iniciou igualmente uma dinâmica de desaceleração, fruto da conjugação de vários fatores.

Por um lado, as perturbações nas cadeias de valor ainda causadas pela pandemia na China, com a aplicação de *lockdowns* em resposta a surtos de Covid-19. Na China, ainda, subsistiram problemas no mercado imobiliário, afetando o investimento.

Por outro lado, os riscos decorrentes das perturbações no fornecimento de matérias-primas alimentares, em especial cereais, na medida em que os dois países em conflito são dos principais produtores mundiais de cereais. Acrescem os efeitos da subida dos preços.

Adicionalmente, os efeitos que a subida das taxas de juro, em especial as do dólar norte-americano, têm sobre os custos de financiamento para as economias emergentes.

Como referido, no primeiro semestre de 2022, o enquadramento da política monetária sofreu uma alteração profunda, com o término do período de taxas de juro negativas, em particular na zona euro.

Nos EUA, a Reserva Federal deu primazia ao objetivo de estabilidade dos preços, em detrimento da atividade económica, mantendo uma orientação de subida de taxas de juro, apesar dos riscos negativos para a atividade económica.

Na zona euro, o BCE, depois da antecipação das subidas em julho, continuou a sinalizar a necessidade de subida das taxas de juro de referência, mas a decisão estará dependente da informação disponível à data de cada reunião.

Em resultado, as taxas de juro de curto prazo de mercado atingiram níveis não observados desde há vários anos. Nos EUA, a taxa Libor 3 meses aproximou-se dos 3%, o que não ocorria desde antes da Grande Crise Financeira (GFC), de 2008.

Na zona euro, a taxa Euribor 3 meses aproximou-se, em agosto, dos 0.5%, o nível mais elevado desde 2011 e que terminou efetivamente o período de taxas de juro negativas que vigorou desde 2015.

A aceleração da inflação e a intervenção dos bancos centrais influenciou, também, a dinâmica das taxas de juro de longo prazo, num movimento que se caracterizou inclusive por alguma volatilidade.

Nos EUA, a yield a 10 anos ultrapassou os 3%, e a curva de rendimentos inverteu entre os 10 anos e os 2 anos, o que não ocorria desde antes da GFC. Uma inversão da curva de rendimentos é tradicionalmente identificada como indicador avançado de um posterior período recessivo.

Na zona euro, as yields também subiram, em resultado da aceleração da inflação e do término dos programas de aquisição de ativos. Contudo, a dinâmica foi diferenciada entre países, com uma subida mais pronunciada para os países periféricos, em especial Itália.

Para assegurar a normal transmissão da política monetária, em julho, o BCE anunciou a criação do “Instrumento de Proteção da Transmissão”, que será utilizado em casos onde movimentos indesejados e desordenados dos mercados possam colocar em causa a transmissão da política monetária na zona euro. A decisão de utilização cabe ao BCE, sendo que os países alvo da intervenção devem cumprir um conjunto de critérios, relacionados com a não existência de um procedimento de défices excessivos, a ausência de desequilíbrios macroeconómicos e a sustentabilidade das contas públicas.

Economia Portuguesa

Em Portugal, a atividade económica revelou um maior dinamismo no início do ano, em parte fruto de efeitos de base relacionados com as vagas pandémicas (em 2021, no primeiro trimestre tinha havido

um novo confinamento geral). Contudo, nos três primeiros meses de 2022, assistiu-se a um crescimento em cadeia generalizado, o que (i) permitiu que a economia quase recuperasse os níveis pré-pandemia e (ii) deixava perspectivas favoráveis para o crescimento no conjunto do ano de 2022.

Dados Macroeconómicos

	2021	2022P	2023P
PIB	4,9	6,9	1,0
Consumo Privado	4,5	4,8	-0,6
Consumo Público	4,1	2,7	3,3
Investimento	7,9	-1,1	0,7
Exportações	13,1	20,5	2,9
Importações	13,1	11,4	1,5
Inflação média	1,3	7,5	3,7
Desemprego	6,6	6,4	6,7
Saldo Orçamental (% do PIB)	-2,8	-1,5	-0,9
Dívida pública (% do PIB)	127,4	118,2	115,6
Bal. Corrente e Capital (% do PIB)	0,7	0,3	0,5

Fonte: INE, Banco de Portugal, Min. Finanças; Previsões: BdPe Estudos Santander Portugal

investimento, que terão começado a sofrer os efeitos das subidas de preços.

Já a procura externa teve um contributo positivo para o crescimento, fruto em grande medida da recuperação da atividade turística, que, em algumas regiões, recuperou, ou mesmo ultrapassou, o volume de turistas observado antes da pandemia, em especial em termos de não residentes.

Esta recuperação deverá ser um fator marcante, em particular durante os meses, de verão, contribuindo para mitigar os efeitos adversos da guerra em curso na Ucrânia.

Em julho, a inflação acelerou para 9,1%, um máximo desde 1992, o que coloca pressão sobre os orçamentos familiares, fator ao qual acresce o impacto da subida das taxas de juro, em especial no crédito à habitação.

Contudo, as famílias beneficiam de uma situação de pleno emprego, com a taxa de desemprego a situar-se em 5,7%, no final do segundo trimestre. Adicionalmente, ainda dispõem da poupança acumulada durante o período da pandemia, com o volume de depósitos das famílias em níveis máximos. A taxa de poupança retrocedeu face aos máximos de 2021, mas permanecia ainda em 8,3% no final do primeiro trimestre.

A conjuntura económica, no decurso do 2.º trimestre de 2022, caracterizou-se por uma diminuição do indicador de clima económico, decorrente de uma queda expressiva da confiança no setor de Construção e Obras Públicas, apesar da subida nos setores da Indústria Transformadora e de Comércio e Serviços.

Na Indústria Transformadora, a melhoria de confiança ao longo deste período deveu-se ao contributo positivo das perspectivas de produção, mitigando os impactos negativos relativos à evolução da procura interna e externa. No setor da Construção, a forte queda da confiança deveu-se ao contributo negativo

da carteira de encomendas e das perspetivas de emprego. No Comércio, o aumento da confiança resultou da melhoria relativa ao volume de vendas e das perspetivas de atividade da empresa, mitigado pela deterioração das apreciações sobre o volume de stocks. Nos Serviços, o aumento da confiança deveu-se à apreciação positiva relativa à atividade da empresa, que mais do que compensou o contributo negativo sobre a evolução da carteira de encomendas e perspetivas de evolução da procura.

O endividamento do setor privado não financeiro reduziu-se para 197% do PIB (-6pp face ao 1T21), no primeiro trimestre, fruto da redução quer do endividamento das empresas (em 4pp, para 129%) e das famílias (em 2pp, para 68% do PIB).

A dívida pública também se reduziu, neste período, em 9pp, para 126.7% do PIB.

Apesar da maior complexidade do contexto macroeconómico, a expansão da atividade, juntamente com a subida dos preços, refletiu-se num maior crescimento da receita fiscal. Assim, a junho, o saldo das Administrações Públicas, na ótica da contabilidade pública, traduziu-se num excedente 1,1 mil milhões de euros, destacando, por um lado, o crescimento da receita (+20%) e a redução da despesa em 1.7%.

Como referido anteriormente, a dinâmica das taxas de juro de financiamento da República refletiu as dinâmicas de mercado e a atuação do Banco Central Europeu. A yield dos 10 anos subiu até 2,3%, um acréscimo de 182pb face ao valor de final de 2021.

A notação de risco da República atribuída pelas agências S&P, Fitch e Moodys é de BBB (positivo), BBB (estável) e Baa2 (estável), respetivamente. A agência DBRS mantém o rating BBB high (positivo).

Política de investimento

No primeiro semestre de 2022, o fundo Santander Go North American Equity (fundo master do Santander Acções América) teve uma performance negativa de -47,39%, enquanto que o *benchmark* S&P 500 teve um retorno de -20,6% e o *peer group*, *Lipper Large Cap Growth*, teve um retorno de -30,93%. A equipa de gestão procura empresas de alta qualidade, que apresentam vantagens competitivas sustentáveis. A composição da carteira do fundo Master é diferente do seu *Benchmark*, baseando-se na avaliação da qualidade da empresa e na convicção dos gestores. Dada a política de investimentos, o valor da carteira resultará da exposição ao mercado acionista.

O horizonte temporal de investimento de longo prazo, assim como a abordagem de investimento altamente ativa e ponderada da equipa de gestão, podem resultar em períodos de desvio de desempenho em relação ao *Benchmark* e aos seus *peers*. A carteira teve um desempenho inferior em

relação ao *S&P 500* neste semestre, devido, principalmente, à seleção desfavorável de ações, e em menor escala, devido às alocações setoriais.

As ações de *large cap* dos EUA, medidas pelo índice *S&P 500*, caíram acentuadamente ao longo do último trimestre. O sector de Comunicação e Consumo Cíclico registaram a maior queda do índice. Todos os setores caíram ao longo do período, no entanto, o sector de Bens de Consumo teve o melhor desempenho relativo no índice. Nesse cenário, a equipa de gestão continuou a concentrar as suas decisões de investimento na seleção de ações e nas perspetivas de longo prazo das empresas presentes em carteira.

O medo e a incerteza devido a preocupações inflacionistas, aumento de taxas de juro, tensões geopolíticas, e efeitos prolongados da pandemia global resultaram num aumento da volatilidade geral do mercado e um contínuo *sell-off* de ações de alto crescimento. O *sell-off*, que começou no 4T21, continuou devido, principalmente, a fatores não fundamentais. Os fundamentais das participações em carteira permaneceram em grande medida saudáveis e alinhados com as expectativas. Apesar da volatilidade no mercado, continuam a surgir empresas de alta qualidade com potencial atrativo, uma vez que apresentarem fundamentais convincentes, balanços sólidos e múltiplas vantagens competitivas. O mercado atualmente oferece uma oportunidade atrativa de aquisição de posições em empresas únicas com fundamentais sólidos, que podem trazer vantagens no longo prazo (nos próximos três a cinco anos). Embora algumas posições tenham sido reforçadas e outras iniciadas, num modo geral, ocorreram poucas mudanças na carteira, uma vez os gestores mantêm-se confiantes em relação às perspetivas de longo prazo.

O sector de Tecnologia de Informação teve a pior performance da carteira no último trimestre, devido à seleção mista de ações. A Cloudflare (4,8% do *portfólio*), foi a principal detratora do setor e da carteira. Apesar de reportar fundamentais sólidos em geral, caracterizados por fortes vendas, crescimento de clientes e margens de lucro, as suas ações cederam devido ao *sell-off* das ações de alto crescimento. A Shopify (4,6%), teve o terceiro pior desempenho no último trimestre. Esta queda é atribuída ao *sell-off*, bem como às preocupações dos investidores em relação aos planos de reinvestimento em curso da empresa voltados para a construção de maiores capacidades de atendimento e armazenamento, ao crescimento mais lento do e-commerce, após um período de elevada procura no início da pandemia e após o surgimento de um novo concorrente no mercado de *payment services*, o Shop Pay. A Snowflake (7,3%), também prejudicou a *performance*. A empresa relatou resultados sólidos, indicativos de uma forte procura pela sua *Data Cloud*, à medida que as empresas continuam a migrar os seus dados para a *cloud* pública e a armazenar, processar e analisar mais dados nas suas operações comerciais. A fraqueza é também atribuída ao amplo *sell-off* de ações de alto crescimento, bem como à decepção dos investidores em torno das perspetivas financeiras conservadoras, que ficaram aquém das expectativas. As diferentes quedas na carteira relacionadas com este sector, foram compensadas, parcialmente, pela Zoom Video Communications (3,8%), que foi a quinta maior posição da carteira. As ações da Zoom, tiveram um desempenho positivo devido aos seus sólidos

fundamentais, caracterizados por novos produtos, melhor rentabilidade, e fortes perspectivas para o resto do ano.

A maioria dos outros setores também prejudicou o desempenho relativo no trimestre devido à seleção de ações; entre eles, Industrial, Serviços de Comunicação e Consumo Cíclico tiveram o maior impacto adverso. A Uber (6,1%) foi o maior detrator nestes sectores e o segundo maior em toda a carteira. Embora os desenvolvimentos nos fundamentais tenham sido positivos, com a empresa a registar receitas positivas, reservas e crescimento do lucro acima das expectativas de Wall Street e um crescimento saudável na oferta de motoristas, as ações da Uber definharam devido a preocupações mais amplas sobre o enfraquecimento da procura do consumidor enquanto a inflação permanecer alta. A seleção de ações do sector de Serviços de Comunicação foi mista, com várias participações nas áreas de media interativa e videojogos a serem prejudicadas; isto foi parcialmente compensado, no entanto, pela posição em carteira na plataforma de comunicação global Twitter (0%), que foi o principal contribuinte em toda a carteira. Embora a empresa tenha enfrentado alguns problemas nos seus fundamentais devido ao enfraquecimento da procura por publicidade, as ações dispararam com o anúncio de que a empresa seria adquirida por E. Musk. A posição no Twitter foi eliminada durante o último trimestre para financiar outros investimentos que a gestão acredita oferecer um perfil de risco/retorno superior. O Vimeo (0%), também deu um pequeno contributo para o sector de Serviços de Comunicação. A desaceleração do crescimento das receitas e alguma incerteza em torno da aceitação do cliente de um novo modelo de preços pesaram no sentimento dos investidores; a posição no Vimeo foi eliminada em abril para financiar outros investimentos que oferecem um perfil de risco/retorno superior, que foi um acréscimo ao desempenho relativo do *portfólio*. No sector da Saúde, a maioria das participações desvalorizou, no entanto, isso foi parcialmente compensado pela Royalty Pharma (7,6%), que foi o terceiro maior contribuidor do portfólio. O preço das ações da Royalty Pharma manteve-se constante em períodos de maior volatilidade no mercado, uma vez que a empresa está bem posicionada para se tornar uma escolha e beneficiar das atuais condições de mercado, caracterizadas por um mercado de capitais mais fraco e um acesso a financiamentos para uma variedade de negócios de saúde.

Por último, o sector imobiliário e de materiais – setores sem posição na carteira do fundo – tiveram um impacto negligenciável no desempenho relativo neste período.

O Fundo está investido fora da Zona Euro, pelo que incorpora o correspondente risco cambial.

Evolução das Unidades de Participação

A evolução histórica das Unidades de Participação do Fundo e o respetivo valor unitário das mesmas nos últimos 10 anos foi a seguinte:

Classe A

Ano	Número de Unidades de Participação	Valor da Unidade de Participação (€)
2012	4 031 445	4,1334
2013	4 119 044	4,8888
2014	5 171 898	5,9181
2015	5 754 260	6,4078
2016	5 687 273	7,5117
2017	6 285 649	7,9008
2018	5 826 213	7,5945
2019	6 181 355	9,3652
2020	6 326 441	10,2863
2021	7 804 228	10,7159

Em 30 de junho de 2022, o valor líquido global do Fundo da classe A ascendia a 43 984 925,34 euros, repartidos por 7 807 200 unidades de participação, sendo o valor unitário de cada unidade de participação de 5,6339 euros.

Classe B

Ano	Número de Unidades de Participação	Valor da Unidade de Participação (€)
2021	2 081 919	4,8718

Em 30 de junho de 2022, o valor líquido global do Fundo da classe B ascendia a 7 178 040,15 euros, repartidos por 2 795 245 unidades de participação, sendo o valor unitário de cada unidade de participação de 2,5679 euros.

Classe C

Ano	Número de Unidades de Participação	Valor da Unidade de Participação (€)
2018	1 514 735	4,8193
2019	1 350 978	6,0268
2020	1 143 718	6,7148
2021	913 208	7,0867

Em 30 de junho de 2022, o valor líquido global do Fundo da classe C ascendia a 3 163 388,90 euros, repartidos por 843 582 unidades de participação, sendo o valor unitário de cada unidade de participação de 3,7500 euros.

Performance

A evolução histórica das rendibilidades e risco do Fundo foi a seguinte:

Classe A

Ano	Rendibilidade	Risco	Classe de Risco
2010	15,63%	15,02%	6
2011	5,72%	18,27%	6
2012	9,62%	10,60%	5
2013	18,27%	10,09%	5
2014	21,09%	9,86%	4
2015	8,23%	16,32%	6
2016	17,24%	15,17%	6
2017	5,18%	12,36%	4
2018	-3,88%	13,65%	5
2019	23,32%	11,95%	5
2020	9,84%	29,38%	6
2021	4,18%	19,47%	6

À data de 30 de junho de 2022, a rendibilidade da classe A é de -51,18% e a classe de risco é de 7 (dados referentes aos últimos 12 meses).

Classe B

Como a classe B foi lançada apenas a 15 de abril de 2021, apenas iremos apresentar a rendibilidade e classe de risco à data de 30 de junho de 2022

À data de 30 de junho de 2022, a rendibilidade da classe B é de -50,92% e a classe de risco é de 7 (dados referentes aos últimos 12 meses).

Classe C

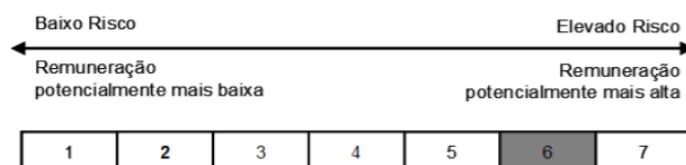
Ano	Rendibilidade	Risco	Classe de Risco
2019	25,06%	11,95%	5
2020	11,41%	29,38%	6
2021	5,54%	19,47%	6

Fonte: APFIPP e SAM SGOIC

À data de 30 de junho de 2022, a rendibilidade da classe C é de -50,54% e a classe de risco é de 7 (dados referentes aos últimos 12 meses).

Notas:

- A 17 de setembro de 2020 o Fundo de Investimento Mobiliário Santander Ações América passou a assumir a natureza de OICVM aberto de tipo alimentação ("Fundo Feeder");
- As rendibilidades divulgadas representam dados passados, não constituindo garantia de rendibilidade futura, porque o valor das unidades de participação pode aumentar ou diminuir em função do Indicador Sintético de Risco que varia entre 1 (risco mínimo) e 7 (risco máximo).



Comissões suportadas pelo Fundo e Participantes

Nos últimos 3 anos:

- Não houve alterações significativas ao nível dos custos suportados pelo Fundo nomeadamente custos de transação, taxa de supervisão e custos com o Revisor Oficial de Contas;
- A partir de 1 de julho de 2020, o Fundo deixou de cobrar comissões de subscrição e de resgate aos participantes;
- O fundo passou a suportar comissões de manutenção de saldos de conta desde o mês de agosto de 2020;
- A 17 de setembro de 2020 o Fundo de Investimento Mobiliário Santander Ações América passou a assumir a natureza de OICVM aberto de tipo alimentação ("Fundo Feeder"), a partir desta data foram alteradas as comissões de gestão e depósito: a comissão de gestão da categoria A passou de 1,95% para 1,5%; a comissão de gestão da categoria C passou de 0,6% para 0,25%; a nova categoria B tem comissão de gestão de 1%; e a comissão de depósito passou de 0,05% para 0,01%.

Custos e Proveitos

Descritivo	2022-06-30	2021-06-30	Variação	
			Absoluta	Relativa
Proveitos				
Juros e Proveitos Equiparados	0	0	0	0%
Rendimento de Títulos	0	0	0	0%
Ganhos em Operações Financeiras	820 056	17 671 321	-16 851 264	-95%
Reposição e Anulação de Provisões	0	0	0	0%
Provisões para Encargos	0	0	0	0%
Outros Proveitos e Ganhos Correntes e Eventuais	0	0	0	0%
Total	820 056	17 671 321	-16 851 264	-95%
Custos				
Juros e Custos Equiparados	16	0	16	0%
Comissões e Taxas	500 913	595 228	-94 315	-16%
Comissão de gestão	483 655	575 911	-92 256	-16%
Comissão de depósito	3 546	4 168	-622	-15%
Outras comissões e taxas	13 712	15 149	-1 437	-9%
Perdas em Operações Financeiras	48 516 376	6 380 821	42 135 555	660%
Impostos	37 208	45 047	-7 840	-17%
Provisões para encargos	0	0	0	0%
Outros Custos e Perdas Correntes e Eventuais	1 141	1 119	22	2%
Total	49 055 653	7 022 216	42 033 438	599%
Resultado do Fundo	-48 235 597	10 649 105	-58 884 702	-553%

Demonstração do Patrimônio

Descritivo	2022-06-30	2021-12-31
Valores mobiliários	52 102 117	97 532 458
Saldos bancários	2 301 127	3 139 272
Outros ativos	0	0
Total dos ativos	54 403 245	100 671 730
Passivo	76 890	427 817
Valor Líquido do OIC	54 326 354	100 243 913

Evolução dos ativos sob gestão

Descritivo	30.06.2022		31.12.2021	
	Valor	Peso Relativo	Valor	Peso Relativo
Instrumentos financeiros admitidos, em processo de admissão ou não admitidos à negociação em plataformas de negociação	52 102 118	95,77%	97 532 458	96,88%
Instrumentos Financeiros não admitidos à negociação em PN	52 102 118	95,77%	97 532 458	96,88%
<i>Unidades de participação/ações de OIC que não OII</i>	52 102 118	95,77%	97 532 458	96,88%
Total do ativo	54 403 245	95,77%	100 671 730	96,88%

Valorimetria

Para dar cumprimento ao disposto no artigo 42.º do Regulamento CMVM n.º 2 / 2015, a SAM SGOIC, enquanto entidade responsável pela gestão do OIC identifica os seguintes critérios e metodologias adotados e os pressupostos utilizados para a valorização das diferentes categorias de ativo que integrem a carteira, com especial destaque para os valores não negociados em mercado regulamentado ou equiparados.

1. VALORES MOBILIÁRIOS

O valor da unidade de participação dos OIC geridos é calculado diariamente nos dias úteis e determina-se pela divisão do valor líquido global do Fundo pelo número de unidades de participação em circulação. O valor líquido global do Fundo é apurado deduzindo, à soma dos valores que o integram, o montante de comissões e encargos suportados até ao momento da valorização da carteira. Para efeitos de valorização dos ativos que integram o património do OIC, as 17 horas GMT representam o momento de referência relevante do dia.

As fontes de preços são obtidas via sistema Bloomberg através da aplicação Data License, sem prejuízo de, segundo o tipo de ativo a avaliar, se utilizarem outros canais, como informações remetidas por market makers (email, correio) ou divulgadas em websites, ou outros.

Como regra, os valores mobiliários referidos na política de investimentos deverão ser admitidos à negociação no Mercado Regulamentado de qualquer Estado-membro da União Europeia, podendo ainda ser admitidos à negociação noutros mercados, nomeadamente, e a título de exemplo: NYSE, Bolsa de Valores de Zurique, Bolsa de Valores de Tóquio e Bolsa de Valores de São Paulo.

AÇÕES

A valorização dos valores mobiliários admitidos à cotação ou negociação em mercados regulamentados será feita com base na última cotação disponível no momento de referência relevante do dia em que se esteja a proceder à valorização da carteira do OIC. Havendo diversas praças a cotar a mesma ação, regra geral, preço é obtido através da praça em que os valores tenham sido transacionados aquando da entrada em carteira.

Não havendo cotação do dia em que se esteja a proceder à valorização, ou não podendo a mesma ser utilizada, designadamente por ser considerada não representativa, tomar-se-á em conta a última cotação de fecho disponível.

A valorização dos valores mobiliários em processo de admissão à cotação será feita tendo por base a última cotação conhecida, no momento de referência relevante, das ações da mesma espécie emitidas pela mesma entidade e admitidas à negociação atendendo às condições de fungibilidade e liquidez entre as emissões.

Relativamente aos aumentos de capital, os direitos avaliam-se ao seu valor teórico até que cotizem.

No respeitante a ações não admitidas à cotação ou negociação em mercados regulamentados, as mesmas serão avaliadas com recurso a modelos teóricos considerados adequados pela SAM para as características do ativo a avaliar e aprovados pelo Comité de Riscos. Alternativamente, poderá a sociedade gestora utilizar o valor da oferta firme divulgado por market makers.

FUNDOS DE INVESTIMENTO DE TERCEIROS

O presente número aplica-se a todos os fundos não geridos pela SAM SGOIC – Fundos de Investimento geridos por terceiros, nomeadamente, Fundos Mobiliários, Exchange Trade Funds (ETFs), Fundos de Investimento Alternativo, Private Equity, Fundos de Investimento Imobiliário, Fundos de Capital de Risco, entre outros.

Em relação aos Fundos Mobiliários, não geridos pela SAM, e ETFs obtém-se a valorização através da Bloomberg utilizando o valor da última unidade de participação disponível no momento de referência relevante do dia, que em regra coincide com o valor de fecho do dia anterior (d-1).

Para os restantes tipos de fundos mencionados, como norma utiliza-se a informação disponibilizada pela sociedade gestora dos mesmos, via website, email, correio ou outro tipo de informação que permita aferir o valor a utilizar.

TÍTULOS DE DÍVIDA (OBRIGAÇÕES)

No caso de valores representativos de dívida, e quando a SAM considera que, por falta de representatividade das transações realizadas no mercado em que esses valores estejam cotados ou admitidos à negociação, a cotação não reflete o seu presumível valor de realização, ou nos casos em

que esses valores não estejam admitidos à cotação ou negociação numa bolsa de valores ou mercado regulamentado, será utilizada a cotação que de acordo com os critérios implementados na SAM melhor reflita o presumível valor de realização dos títulos em questão (bid price), no momento de referência relevante do dia.

A cotação dos títulos de dívida será obtida com recurso a:

1) Sistemas internacionais de informação de cotações como a Bloomberg (via Data License), onde a seleção dos contribuidores é feita com base naqueles que se consideram melhor refletirem a informação disponível no mercado, sendo sempre uma oferta presumível do valor de realização. Neste caso, também se aplica o mesmo critério de utilização do último preço disponível no momento de referência relevante do dia.

2) Junto de market makers que a SAM escolha, onde será utilizada a melhor oferta de compra dos títulos em questão, ou na impossibilidade da sua obtenção o valor médio das ofertas de compra.

Em ambas as situações referidas em 1) e 2) têm que ser observados os seguintes pressupostos:

- Excluem-se as ofertas de compra firmes de entidades que se encontram em relação de domínio ou de grupo com a SAM SGOIC;
- Desconsideram-se médias que incluam valores cuja composição e/ou critérios de ponderação sejam desconhecidos, tais como, BVAL, BGN.

No caso de instrumentos representativos de dívida, serão ainda considerados os seguintes mercados especializados: Mercado especial de dívida pública (MEDIP); MTS; outros mercados não regulamentados, com sistemas de liquidação reconhecidos e de utilização corrente, tais como Clearstream ou Euroclear, onde estejam salvaguardadas as condições que têm como objetivo assegurar a liquidez e a adequada avaliação dos títulos objeto de transação.

3) Na situação de indisponibilidade do referido nos pontos 1. e 2., poderão ocorrer duas situações distintas:

- Títulos que são valorizados com preços fornecidos por entidades financeiras de reconhecida credibilidade no mercado em que os ativos em causa se enquadram, desde que estas entidades não se encontrem em relação de domínio ou de grupo, nos termos dos artigos do Código dos Valores Mobiliários, com a Entidade Gestora. Estes preços podem ser extraídos de páginas da Bloomberg ou recebidos via correio eletrónico
- Aplicação de modelos teóricos que a SAM considere apropriados, atendendo às características do título. A título de exemplo, descontando os fluxos de caixa estimados para a vida remanescente do título a uma taxa de juro que reflita o risco associado ao ativo. Com o objetivo de aferir da validade e fiabilidade do modelo, recorre-se à comparação direta com

títulos semelhantes. A aprovação destes modelos é da competência do Comité de Riscos da SAM.

2. INSTRUMENTOS DO MERCADO MONETÁRIO

Para instrumentos do mercado monetário representativos de dívida, que sejam líquidos e transacionáveis, nomeadamente os bilhetes do tesouro, normalmente utilizam-se as cotações obtidas através de Sistemas internacionais de informação de cotações como a Bloomberg (via Data License), seguindo os critérios já explicados para os títulos representativos de dívida.

Para os restantes instrumentos do mercado monetário, com prazo inferior a um ano, cujo valor possa ser determinado com precisão a qualquer momento, nomeadamente, certificados de depósito, papel comercial, e depósitos a prazo, a sua valorização será efetuada, na falta de preços de mercado, com base no reconhecimento diário do rendimento inerente à operação.

3. INSTRUMENTOS DERIVADOS

Os instrumentos financeiros derivados cotados deverão ser negociados em Bolsas e mercados regulamentados da União Europeia. Acessoriamente poderá investir ainda nos mercados CBOT, EUREX, Hong Kong Futures Exchange, Tokyo International Financial Futures Exchange e LIFFE.

O OIC poderá ainda transacionar instrumentos financeiros derivados fora de mercado regulamentado e de sistema de negociação multilateral desde que satisfaça os seguintes requisitos:

1. Os ativos subjacentes sejam instrumentos financeiros tais como índices financeiros, taxas de juro, de câmbio ou divisas nos quais o fundo possa efetuar as suas aplicações, nos termos dos documentos constitutivos;
2. As contrapartes nas operações sejam instituições autorizadas e sujeitas a supervisão prudencial, de acordo com critérios definidos pela legislação da União Europeia, ou sujeitas a regras prudenciais equivalentes;
3. Os instrumentos estejam sujeitos a avaliação diária fiável e verificável e possam ser vendidos, liquidados ou encerrados a qualquer momento pelo seu justo valor, por iniciativa do fundo.

Na valorização de instrumentos derivados admitidos à negociação em mercados regulamentados, utilizar-se-á a última cotação divulgada pelos respetivos mercados no momento de referência relevante do dia. Não existindo cotação porque se trata de um instrumento derivado não admitido à negociação, ou no caso de a cotação existente não ser considerada representativa pela SAM, esta seguirá um dos dois métodos:

- 1) Os valores disponíveis no momento de referência do dia em que se esteja a proceder à valorização da carteira do OIC das ofertas de compra e venda difundidas por um market maker da escolha da Sociedade Gestora;
- 2) Valores obtidos utilizando modelos teóricos que, no entender da Sociedade Gestora sejam considerados adequados às características do instrumento a valorizar. Estes modelos

consistem na atualização dos cash-flows futuros para calcular o valor atual das posições em carteira, líquidos dos pagamentos a efetuar, descontados às taxas de juro implícitas na curva de rendimentos para o período de vida do instrumento em questão.

4. CÂMBIOS

No que respeita à valorização cambial, os ativos denominados em moeda estrangeira serão avaliados em função das últimas cotações conhecidas no momento de referência relevante do dia de valorização, divulgadas pelo Banco de Portugal, ou alternativamente, por agências internacionais de informação financeira mundialmente reconhecidas, como a Bloomberg.

A valorização dos forwards cambiais é feita diariamente, calculando o diferencial entre a taxa cambial contratada e a taxa spot.

Erros de valorização

No exercício económico findo a 30 de junho de 2022 não houve publicidade de erros na valorização das unidades de participação do organismo de investimento coletivo, conforme divulgado no site da CMVM.

Factos Relevantes

1) Efeitos do conflito militar Rússia-Ucrânia

A invasão da Ucrânia por parte da Rússia e subsequente guerra trouxe um elemento adicional de incerteza ao ambiente de volatilidade de 2022. As sanções levantadas pela União Europeia e EUA ao gás natural e petróleo russo aumentaram a pressão sobre os bancos centrais para normalizarem as suas políticas acomodativas e em resultado, no decorrer dos primeiros seis meses do corrente ano, a Reserva Federal aumentou a sua taxa diretora em 150 pontos base, enquanto que o Banco Central Europeu sinalizou a sua intenção de eliminar a taxa de depósito negativa.

Para a indústria de gestão de ativos, a volatilidade provocada nas taxas core de curto prazo (2 anos) materializou-se num dos semestres mais difíceis de sempre, fruto da queda paralela entre obrigações e ações e a inexistência de ativos de refúgio. Apenas os ativos de matérias-primas, ausente da maioria das políticas de investimento dos produtos geridos, permitiu aos investidores realizar ganhos até ao fim de junho de 2022.

2) Impacto nas Demonstrações Financeiras de 30 de junho de 2022

O Conselho de Administração da Sociedade Gestora acompanhou a evolução da situação económica nacional e internacional e os seus efeitos nos mercados financeiros, considerando que os efeitos, já conhecidos, das circunstâncias decorrentes do aumento das tensões geopolíticas, encontram-se

reconhecidos nas Demonstrações Financeiras de 30 de junho de 2022 do Fundo e o seu impacto foi moderado.

3) Reconsideração da Continuidade

O Conselho de Administração da Sociedade Gestora continuará a acompanhar a evolução da situação económica nacional e internacional e os seus efeitos nos mercados financeiros, considerando que as atuais circunstâncias decorrentes das tensões geopolíticas não colocam em causa a continuidade das operações do Fundo.

Eventos subsequentes

Para o período ocorrido entre o termo do período de relato (30 de junho de 2022) e o da elaboração do presente Relatório, não existiu nenhum evento assinalável.

Lisboa, 29 de agosto de 2022

II - RELATÓRIO DE AUDITORIA

RELATÓRIO DE AUDITORIA

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do **Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Acções Santander Acções América** (ou Fundo), gerido pela Santander Asset Management - SGOIC, SA (a Sociedade Gestora), que compreendem o balanço, em 30 de junho de 2022 (que evidencia um total de 54 403 245 euros e um total de capital do Fundo de 54 326 354 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 48 235 597 euros), a demonstração dos resultados, e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao semestre findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do **Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Acções Santander Acções América**, em 30 de junho de 2022, e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao semestre findo naquela data de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para os fundos de investimento mobiliário.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção *Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras* abaixo. Somos independentes do Fundo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.



Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do período corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Matérias relevantes de auditoria	Síntese da resposta de auditoria
Valorização e informação do fundo master (carteira)	
<p>Dado tratar-se de um fundo do tipo alimentação (<i>feeder</i>), previsto no artigo 179º do Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo (RJOIC), a carteira de títulos, que corresponde a cerca de 96% do ativo, é composta em exclusivo por unidades de participação do fundo de tipo principal (<i>master</i>) com quem o Fundo tem um contrato estabelecido nos termos do artigo 182º do RJOIC.</p> <p>Assim, a verificação da cotação e análise das demonstrações financeiras do fundo <i>master</i> constitui uma área significativa de auditoria.</p> <p>As divulgações relacionadas com a composição e valorização do título em carteira estão incluídas no Relatório de Gestão e nas notas 3 e 4 do Anexo às demonstrações financeiras.</p>	<p>A resposta do auditor envolveu, essencialmente, a execução de testes de conformidade ao processo de importação e registo das cotações diárias do título em carteira (<i>master</i>).</p> <p>Testes substantivos para validação da valorização do título em carteira (<i>master</i>), com base: (i) nas cotações oficiais e valor do fundo <i>master</i> à data de fecho das contas e (ii) na análise das demonstrações financeiras e dos relatórios de auditoria do fundo <i>master</i> e das informações de parecer e reporte efetuadas especificamente para o efeito com o auditor do fundo <i>master</i> (PwC Luxemburgo).</p> <p>Acompanhamento dos impactos e divulgações relacionadas com os acontecimentos relevantes verificados nos mercados globais.</p>

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão da Sociedade Gestora é responsável pela: (i) preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Fundo de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para os fundos de investimento mobiliário; (ii) elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares; (iii) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou a erro; (iv) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e (v) avaliação da capacidade do Fundo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização da Sociedade Gestora é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Fundo.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- (i) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- (ii) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Sociedade Gestora do Fundo;
- (iii) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- (iv) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Fundo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Fundo descontinue as suas atividades;

- (v) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- (vi) comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as matérias relevantes de auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;
- (vii) das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras e a pronúncia sobre as matérias previstas no n.º 8 do artigo 161.º do Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Sobre as matérias previstas no n.º 8 do artigo 161.º do Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo

Nos termos do n.º 8 do artigo 161.º do Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo, aprovado pela Lei n.º 16/2015, de 24 de fevereiro, devemos pronunciar-nos sobre o seguinte:

- (i) o adequado cumprimento das políticas de investimentos e de distribuição dos resultados definidas no regulamento de gestão do organismo de investimento coletivo;
- (ii) a adequada avaliação efetuada pela entidade responsável pela gestão dos ativos e passivos do organismo de investimento coletivo, em especial no que respeita aos instrumentos financeiros transacionados fora de mercado regulamentado e de sistema de negociação multilateral e aos ativos imobiliários;
- (iii) o controlo das operações com as entidades referidas no n.º 1 do artigo 147.º do Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo;

- (iv) o cumprimento dos critérios de valorização definidos nos documentos constitutivos e o cumprimento do dever previsto no n.º 7 do art.º 161.º do Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo;
- (v) o controlo das operações realizadas fora do mercado regulamentado e de sistema de negociação multilateral;
- (vi) o controlo dos movimentos de subscrição e de resgate das unidades de participação;
- (vii) o cumprimento dos deveres de registo relativos aos ativos não financeiros, quando aplicável.

Sobre as matérias indicadas não identificámos situações materiais a relatar.

Lisboa, 30 de agosto de 2022



João Guilherme Melo de Oliveira
(ROC n.º 873, inscrito na CMVM sob o n.º 20160494),
em representação de BDO & Associados - SROC

**III - BALANÇO DO FUNDO DE INVESTIMENTO MOBILIÁRIO ABERTO DE AÇÕES -
SANTANDER ACÇÕES AMÉRICA REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE
2022**

Fundo de Investimento Mobiliário Aberto Harmonizado de Ações - Santander Ações América

(valores em Euros)

BALANÇO

Data: 2022-06-30

ACTIVO						CAPITAL E PASSIVO						
Código		2022-06-30			2021-12-31		Código		2022-06-30		2021-12-31	
		Bruto	Mv	mv/P	Líquido	Líquido						
	Outros Activos											
32	Activos Fixos Tangíveis das SIM						61	Capital do OIC				
33	Activos Fixos Intangíveis das SIM						62	Unidades de Participação	57 135 669		53 902 344	
	<i>Total Outros Activos das SIM</i>						64	Variações Patrimoniais	11 648 265		12 563 551	
							65	Resultados Transitados	33 778 018		30 614 839	
							66	Resultados Distribuídos				
							67	Dividendos antecipados das SIM				
							66	Resultado Líquido do Período	(48 235 597)		3 163 179	
								<i>Total do Capital do OIC</i>	<u>54 326 354</u>		<u>100 243 913</u>	
	Carteira de Títulos							Provisões Acumuladas				
21	Obrigações						481	Provisões para Encargos				
22	Ações	0			0	0		<i>Total de Provisões Acumuladas</i>				
23	Outros Títulos de Capital											
24	Unidades de Participação	85 431 977		(33 329 859)	52 102 117	97 532 458						
25	Direitos	(0)			(0)	(0)						
26	Outros Instrumentos da Dívida											
	<i>Total da Carteira de Títulos</i>	<u>85 431 977</u>		<u>(33 329 859)</u>	<u>52 102 117</u>	<u>97 532 458</u>						
	Outros Activos											
31	Outros activos						421	Resgates a Pagar aos Participantes	(0)		(0)	
	<i>Total de Outros Activos</i>						422	Rendimentos a Pagar aos Participantes				
							423	Comissões a Pagar	68 176		125 712	
							424+...+429	Outras contas de Credores	7 576		300 990	
							43+12	Empréstimos Obtidos	0		0	
							44	Pessoal				
							46	Accionistas				
								<i>Total de Valores a Pagar</i>	<u>75 752</u>		<u>426 703</u>	
	Terceiros											
411+...+ 418	Contas de Devedores											
424	Estado e Outros Entes Públicos											
	<i>Total de Valores a Receber</i>											
	Disponibilidades											
11	Caixa						55	Acréscimos de Custos	1 138		1 114	
12	Depósitos à Ordem	2 301 127			2 301 127	3 139 272	56	Receitas com Provento Diferido				
13	Depósitos a Prazo e com Pré-aviso						58	Outros Acréscimos e Diferimentos				
14	Certificados de Depósito						59	Contas transitórias passivas				
18	Outros Meios Monetários							<i>Total de Acréscimos e Diferimentos Passivos</i>	<u>1 138</u>		<u>1 114</u>	
	<i>Total das Disponibilidades</i>	<u>2 301 127</u>			<u>2 301 127</u>	<u>3 139 272</u>						
	Acréscimos e diferimentos											
51	Acréscimos de Proveitos											
52	Despesas com Custo Diferido											
58	Outros acréscimos e diferimentos											
59	Contas transitórias activas	(0)			(0)							
	<i>Total de Acréscimos e Diferimentos Activos</i>	<u>(0)</u>			<u>(0)</u>							
	TOTAL DO ACTIVO	<u>87 733 104</u>		<u>(33 329 859)</u>	<u>54 403 245</u>	<u>100 671 730</u>		TOTAL DO CAPITAL E PASSIVO	<u>54 403 245</u>		<u>100 671 730</u>	
	Número total de Unidades de Participação em circulação- Classe A				<u>7 807 201</u>	<u>7 804 228</u>		Valor Unitário da Unidade Participação-Classe A	<u>5,6339</u>		<u>10,7159</u>	
	Número total de Unidades de Participação em circulação- Classe B				<u>2 795 245</u>	<u>2 081 919</u>		Valor Unitário da Unidade Participação-Classe B	<u>2,5679</u>		<u>4,8718</u>	
	Número total de Unidades de Participação em circulação- Classe C				<u>843 582</u>	<u>913 208</u>		Valor Unitário da Unidade Participação-Classe C	<u>3,7500</u>		<u>7,0867</u>	

Relatório e Contas referente ao período findo em 30 de junho de 2022

(valores em Euro)

CONTAS EXTRAPATRIMONIAIS

Data: 2022-06-30

DIREITOS SOBRE TERCEIROS				RESPONSABILIDADES PERANTE TERCEIROS			
Código		2022-06-30	2021-12-31	Código		2022-06-30	2021-12-31
	Operações Cambiais				Operações Cambiais		
911	À vista			911	À vista		
912	A prazo (forwards cambiais)			912	A prazo (forwards cambiais)		
913	Swaps cambiais			913	Swaps cambiais		
914	Opções			914	Opções		
915	Futuros			915	Futuros		
	<i>Total</i>				<i>Total</i>		
	Operações Sobre Taxas de Juro				Operações Sobre Taxas de Juro		
921	Contratos a prazo (FRA)			921	Contratos a prazo (FRA)		
922	Swap de taxa de juro			922	Swap de taxa de juro		
923	Contratos de garantia de taxa de juro			923	Contratos de garantia de taxa de juro		
924	Opções			924	Opções		
925	Futuros			925	Futuros		
	<i>Total</i>				<i>Total</i>		
	Operações Sobre Cotações				Operações Sobre Cotações		
934	Opções			934	Opções		
935	Futuros			935	Futuros		
	<i>Total</i>				<i>Total</i>		
	Compromissos de Terceiros				Compromissos Com Terceiros		
942	Operações a prazo (reporte de valores)			941	Subscrição de títulos		
944	Valores recebidos em garantia			942	Operações a prazo (reporte de valores)		
945	Empréstimos de títulos			943	Valores cedidos em garantia		
	<i>Total</i>				<i>Total</i>		
	TOTAL DOS DIREITOS				TOTAL DAS RESPONSABILIDADES		
99	CONTAS DE CONTRAPARTIDA			99	CONTAS DE CONTRAPARTIDA		

**IV - DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DO FUNDO DE INVESTIMENTO MOBILIÁRIO
ABERTO DE AÇÕES - SANTANDER ACÇÕES AMÉRICA REFERENTE AO PERÍODO FINDO
EM 30 DE JUNHO DE 2022**

Fundo de Investimento Mobiliário Aberto Harmonizado de Ações - Santander Ações América

(valores em Euros)

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Data: 2022-06-30

CUSTOS E PERDAS				PROVEITOS E GANHOS			
Código		2022-06-30	2021-06-30	Código		2022-06-30	2021-06-30
	Custos e Perdas Correntes				Proveitos e Ganhos Correntes		
	Juros e Custos Equiparados				Juros e Proveitos Equiparados		
711+...+718	De Operações Correntes	16		812+813	Da Carteira de Títulos e Outros Activos		
719	De Operações Extrapatrimoniais			811+814+817+818	De Operações Correntes		
	Comissões e Taxas			819	De Operações Extrapatrimoniais		
722+723	Da Carteira de Títulos e Outros Activos				Rendimentos de Títulos e Outros Activos		
724+...+728	Outras, de Operações Correntes	500 913	595 182	822+...+824+825	Da Carteira de Títulos e Outros Activos		0
729	De Operações Extrapatrimoniais		46	829	De Operações Extrapatrimoniais		
	Perdas em Operações Financeiras				Ganhos em Operações Financeiras		
732+733	Na Carteira de Títulos e Outros Activos	48 516 376	6 380 821	832+833	Na Carteira de Títulos e Outros Activos	820 056	17 670 753
731+738	Outras, em Operações Correntes			831+838	Outras, em Operações Correntes		
739	Em Operações Extrapatrimoniais	0		839	Em Operações Extrapatrimoniais	0	568
	Impostos				Reposição e Anulação de Provisões		
7411+7421	Imposto sobre o Rendimento de Capitais e Incrementos Patrimoniais			851	Provisões para Encargos		
7412+7422	Impostos Indirectos	37 208	45 047	87	Outros Proveitos e Ganhos Correntes		
7418+7428	Outros impostos						
	Provisões do Exercício				<i>Total dos Proveitos e Ganhos Correntes (B)</i>	<u>820 056</u>	<u>17 671 321</u>
751	Provisões para Encargos						
77	Outros Custos e Perdas Correntes	1 141	1 117	89	Outros Proveitos e Ganhos das SIM		
	<i>Total dos Custos e Perdas Correntes (A)</i>	<u>49 055 653</u>	<u>7 022 213</u>		<i>Total dos Outros Proveitos e Ganhos das SIM (D)</i>		
79	Outros Custos e Perdas das SIM						
	<i>Total dos Outros Custos e Perdas das SIM (C)</i>						
	Custos e Perdas Eventuais				Proveitos e Ganhos Eventuais		
781	Valores Incobráveis			881	Recuperação de Incobráveis		
782	Perdas Extraordinárias			882	Ganhos Extraordinários		
783	Perdas Imputáveis a Exercícios Anteriores		2	883	Ganhos Imputáveis a Exercícios Anteriores		
788	Outras Custos e Perdas Eventuais			888	Outros Proveitos e Ganhos Eventuais		
	<i>Total dos Custos e Perdas Eventuais (E)</i>		<u>2</u>		<i>Total dos Proveitos e Ganhos Eventuais (F)</i>		
63	Impostos Sobre o Rendimento do Exercício						
66	Resultado Líquido do Período		<u>10 649 105</u>	66	Resultado Líquido do Período	<u>48 235 597</u>	
	TOTAL	<u>49 055 653</u>	<u>17 671 321</u>		TOTAL	<u>49 055 653</u>	<u>17 671 321</u>
(8x2/3/4/5)-(7x2/3)	Resultados da Carteira de Títulos e Outros Activos	(47 696 320)	11 289 932	F-E	Resultados Eventuais [(F)-(E)]		(2)
8x9-7x9	Resultados das Operações Extrapatrimoniais	0	521	B+D+F-A-C-E+74	Resultados Antes de Impostos	(48 198 390)	10 694 152
B-A	Resultados Correntes [(B)-(A)]	(48 235 597)	10 649 107	B+D+F-A-C-E	Resultado Líquido do Período	(48 235 597)	10 649 105

**V - DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DO FUNDO DE INVESTIMENTO
MOBILIÁRIO ABERTO DE AÇÕES - SANTANDER ACÇÕES AMÉRICA REFERENTE
AO PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2022**

DISCRIMINAÇÃO DOS FLUXOS	30-06-2022	30-06-2021
OPERAÇÕES SOBRE AS UNIDADES DO OIC		
RECEBIMENTOS:	8 232 851	24 627 327
Subscrições de unidades de participação	8 232 851	24 627 327
Comissão de Subscrição		
Comissão de Resgate		
PAGAMENTOS:	(5 914 813)	(6 975 489)
Resgates de unidades de participação	(5 914 813)	(6 975 489)
Rendimentos pagos aos participantes		
Fluxo das Operações sobre as Unidades do OIC	2 318 038	17 651 838
OPERAÇÕES DA CARTEIRA DE TÍTULOS E OUTROS ACTIVOS		
RECEBIMENTOS:	2 194 517	0
Venda de títulos e outros ativos da carteira		
Reembolso de títulos e outros ativos da carteira		
Resgates de unidades de participação noutros OIC	2 194 517	
Rendimento de títulos e outros ativos da carteira		
Juros e proveitos similares recebidos		
Outros recebimentos relacionados com a carteira		
PAGAMENTOS:	(4 790 322)	(18 899 363)
Compra de títulos e outros ativos da carteira		
Subscrição de unidades de participação noutros OIC	(4 748 497)	(18 888 816)
Juros e custos similares pagos		
Comissões de Bolsa suportadas		
Comissões de corretagem		
Outras taxas e comissões	(41 825)	(10 547)
Fluxo das Operações da Carteira de Títulos e Outros Ativos	(2 595 804)	(18 899 363)
OPERAÇÕES A PRAZO E DE DIVISAS		
RECEBIMENTOS:	0	34 765
Operações cambiais		34 765
Operações de taxa de juro		
Operações sobre cotações		
Margem inicial em contratos de futuros e opções		
PAGAMENTOS:	0	(34 243)
Operações cambiais		(34 197)
Operações de taxa de juro		
Operações sobre cotações		
Margem inicial em contratos de futuros e opções		
Comissões em contratos de futuros		(46)
Fluxo das Operações a Prazo e de Divisas	0	521
OPERAÇÕES GESTÃO CORRENTE		
RECEBIMENTOS:	0	0
Juros de depósitos bancários		
Impostos e Taxas		
Outros recebimentos correntes		
PAGAMENTOS:	(560 379)	(603 499)
Juros Disp./Emprst.		
Comissão de gestão	(524 856)	(573 940)
Comissão de depósito	(4 090)	(4 170)
Impostos e taxas	(30 132)	(25 218)
Outros pagamentos correntes	(1 302)	(172)
Fluxo das Operações de Gestão Corrente	(560 379)	(603 499)
OPERAÇÕES EVENTUAIS		
RECEBIMENTOS:	0	0
Outros recebimentos de operações eventuais		
PAGAMENTOS:	0	0
Outros pagamentos de operações eventuais		
Fluxo das Operações Eventuais	0	0
Saldo dos Fluxos de Caixa do Período:	(838 145)	(1 850 503)
Disponibilidades no Início do Período:	3 139 272	3 692 754
Disponibilidades no Fim do Período:	2 301 127	1 842 251

VI - DIVULGAÇÕES ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE JUNHO DE 2022

VI - DIVULGAÇÕES ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE JUNHO DE 2022

As notas que se seguem respeitam à numeração definida no Regulamento da CMVM n.º 06/2013 emitido pela CMVM em 12 de setembro de 2013. As Notas que não constam deste Relatório são “não aplicáveis”.

Nota 1 – Capital do Fundo

Os movimentos ocorridos no capital do Fundo durante o período findo em 30 de junho de 2022 apresentam o seguinte detalhe:

Descrição	2021-12-31	Subscrições			Resgates			Distribuição de Resultados	Outros	Resultados do Exercício	2022-06-30
		Categoria A	Categoria B	Categoria C	Categoria A	Categoria B	Categoria C				
Valor base	53 902 344	3 120 541	4 273 927	227 164	(3 105 716)	(707 295)	(575 296)	-	-	-	57 135 669
Diferença p/Valor Base	12 563 551	1 836 746	(1 271 961)	46 434	(1 746 056)	223 627	(4 077)	-	-	-	11 648 265
Resultados distribuídos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultados acumulados	30 614 839	-	-	-	-	-	-	-	3 163 179	-	33 778 018
Resultados do período	3 163 179	-	-	-	-	-	-	-	(3 163 179)	(48 235 597)	(48 235 597)
Total	100 243 913	4 957 287	3 001 965	273 598	(4 851 772)	(483 667)	(579 374)	-	-	(48 235 597)	54 326 354
Nº de Unidades participação											
Categoria A	7 804 228	625 622	-	-	(622 650)	-	-	-	-	-	7 807 201
Categoria B	2 081 919	-	854 785	-	-	(141 459)	-	-	-	-	2 795 245
Categoria C	913 208	-	-	45 433	-	-	(115 059)	-	-	-	843 582
Valor Unidades participação											
Categoria A	10,7159	7,9238	-	-	7,7921	-	-	-	-	-	5,6339
Categoria B	4,8718	-	3,5120	-	-	3,4191	-	-	-	-	2,5679
Categoria C	7,0867	-	-	6,0220	-	-	5,0354	-	-	-	3,7500

A relação entre Participante e Unidades de Participação é a seguinte:

Escalões	Número de participantes		
	Categoria A	Categoria B	Categoria C
Ups >= 25%	-	-	-
10% <= Ups < 25%	1	-	-
5% <= Ups < 10%	-	-	-
2% <= Ups < 5%	1	4	7
0.5% <= Ups < 2%	12	30	65
Ups < 0.5%	4 865	460	85
TOTAL	4 879	494	157

O valor de cada Unidade de Participação e o valor líquido global do Fundo foi o seguinte:

Ano	Data	Categoria A			Categoria B			Categoria C			Total	
		VLGF	Valor da UP	Nº UP em circulação	VLGF	Valor da UP	Nº UP em circulação	VLGF	Valor da UP	Nº UP em circulação	VLGF	Nº UP em circulação
2022	30/jun/22	43 984 925	5,6339	7 807 201	7 178 040	2,5679	2 795 245	3 163 389	3,7500	843 582	54 326 354	11 446 027
	31/mar/22	46 456 258	5,9171	7 851 248	7 232 355	2,6959	2 682 761	3 340 553	3,9342	849 102	57 029 166	11 383 112
	30/abr/22	57 452 451	7,3272	7 841 020	8 521 005	3,3369	2 553 607	4 260 106	4,8664	875 410	70 233 561	11 270 037
	31/mar/22	64 789 074	8,2814	7 823 412	9 233 094	3,7698	2 449 212	4 876 522	5,4943	887 556	78 898 690	11 160 180
	28/fev/22	64 813 606	8,2635	7 843 387	9 048 084	3,7600	2 406 415	4 944 572	5,4764	902 894	78 806 262	11 152 696
31/jan/22	64 348 702	8,2290	7 819 733	8 700 946	3,7428	2 324 706	5 061 733	5,4481	929 084	78 111 381	11 073 523	
2021	31/dez/21	83 629 558	10,7159	7 804 228	10 142 688	4,8718	2 081 919	6 471 667	7,0867	913 208	100 243 913	10 799 355
	30/set/21	84 015 010	11,0101	7 630 718	7 659 530	4,9990	1 532 213	7 521 753	7,2575	1 036 417	99 196 293	10 199 348
	30/jun/21	88 688 982	11,5389	7 686 076	4 345 682	5,2323	830 557	8 021 865	7,5811	1 058 133	101 056 529	9 574 766
	31/mar/21	75 110 173	10,2155	7 352 585	-	-	-	7 309 326	6,6899	1 092 588	82 419 500	8 445 173
2020	31/dez/20	65 075 808	10,2863	6 326 441	-	-	-	6 679 778	6,7148	1 143 718	72 755 587	7 470 159
	30/set/20	57 549 884	9,3168	6 176 974	-	-	-	6 870 149	6,0619	1 133 333	64 420 033	7 310 307
	30/jun/20	52 885 917	8,5730	6 168 917	-	-	-	6 321 023	5,5558	1 137 738	59 206 940	7 306 655
	31/mar/20	45 198 309	7,6474	5 910 247	-	-	-	5 842 546	4,9387	1 183 020	51 040 856	7 093 267

Nota 3 – Carteira de Títulos

Em 30 de Junho de 2022 esta rubrica tinha a seguinte decomposição:

Descrição dos títulos	Preço de aquisição	Mais valias	Menos Valias	Valor da carteira	Juros corridos	Total
01 - Instr.Fin.Cotados,em Admis. e Não Cotad. 01.03 - Instrumentos Financeiros Não Cotados 01.03.05 - Ups e Ações de OIC que não OII (ETFs) SANTDR GO N AME EQ-M	85 431 977	-	(33 329 859)	52 102 118	-	52 102 118
	85 431 977	-	(33 329 859)	52 102 118	-	52 102 118
TOTAL	85 431 977	-	(33 329 859)	52 102 118	-	52 102 118

O movimento ocorrido na rubrica Disponibilidades, durante o período findo em 30 de junho de 2022 foi o seguinte:

Descrição	2021-12-31	Aumentos	Reduções	2022-06-30
Depósitos à ordem	3 139 272	10 427 369	11 265 513	2 301 127
Depósitos a prazo e com pré-aviso	-	-	-	-
TOTAL	3 139 272	10 427 369	11 265 513	2 301 127

Nota 4 – Princípios Contabilísticos e Critérios Valorimétricos

As demonstrações financeiras do Fundo foram preparadas de acordo com o definido pela Lei nº 16/2015 de 24 de fevereiro e pelas Normas Regulamentares emitidas pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários sobre a contabilização das operações dos Organismos de Investimento Coletivo.

a) Carteira de Títulos

A valorização dos ativos que compõem a carteira do Fundo é efetuada de acordo com as seguintes regras:

Para valores mobiliários cotados

- Encontrando-se admitidos à negociação em mais do que um mercado regulamentado, o valor a considerar reflete os preços praticados no mercado que apresente maior quantidade, frequência e regularidade de transações.
- Para a valorização de ativos cotados, é tomada como referência a cotação de fecho ou o preço de referência divulgado pela entidade gestora do mercado onde os valores se encontram cotados do dia da valorização ou o último preço conhecido quando aqueles não existam.
- Para a valorização de Obrigações cotadas ou admitidas à negociação num mercado regulamentado, é considerado o preço disponível no momento de referência do dia a que respeita a valorização.

- No caso de não existir preço disponível, é considerada a última oferta de compra firme, ou na impossibilidade da sua obtenção, o valor médio das ofertas de compra e venda, difundidas por entidades financeiras de reconhecida credibilidade no mercado em que os ativos em causa se enquadram, desde que estas entidades não se encontrem em relação de domínio ou de grupo, nos termos do artigo 21.º do Código dos Valores Mobiliários, com a Entidade Gestora.
- Na indisponibilidade do ponto acima referido, é considerado o valor resultante da aplicação de modelos teóricos que a Entidade Gestora considere mais apropriados atendendo às características do título, nomeadamente o modelo dos cash-flows descontados.
- Para a valorização de instrumentos derivados, cotados ou admitidos à negociação num mercado regulamentado, é considerado o preço de referência do dia a que respeita a valorização.

Para valores mobiliários não cotados

- A valorização de valores em processo de admissão à cotação tem por base a valorização de valores mobiliários da mesma espécie, emitidos pela mesma entidade e admitidos à cotação, tendo em conta as características de fungibilidade e liquidez entre as emissões.
- A valorização dos ativos não cotados tem em conta o seu presumível valor de realização e assentará em critérios que tenham por base o valor das ofertas de compra firmes ou, na impossibilidade da sua obtenção, o valor médio das ofertas de compra e de venda, difundidas através de entidades especializadas, desde que estas entidades não se encontrem em relação de domínio ou de grupo, nos termos do artigo 21.º do Código dos Valores Mobiliários, com a Entidade Gestora.
- Na impossibilidade de aplicação do referido, recorrem-se a modelos de avaliação utilizados e reconhecidos universalmente nos mercados financeiros, assegurando-se que os pressupostos utilizados na avaliação têm aderência a valores de mercado.
- Para a valorização das Obrigações não cotadas nem admitidas à negociação em mercado regulamentado, será considerado o presumível valor de oferta de compra firme ou, na impossibilidade da sua obtenção, o valor médio das ofertas de compra e venda, difundidas por entidades financeiras de reconhecida credibilidade no mercado em que os ativos em causa se enquadram, desde que estas entidades não se encontrem e relação de domínio ou de grupo, nos termos do artigo 21.º do Código dos Valores Mobiliários, com a Entidade Gestora. Na indisponibilidade deste, num prazo máximo de 15 dias, será considerado o valor resultante da aplicação de modelos de avaliação universalmente aceites nos mercados financeiros que a Entidade Gestora considere mais apropriado atendendo às características dos títulos.

- São equiparados a valores não cotados, para efeitos de valorização, os valores cotados que não sejam transacionados nos 15 dias que antecedem a respetiva valorização.
- Para a valorização de instrumentos financeiros derivados OTC, será considerado o preço de compra ou de venda firme, consoante se trate de posições compradas ou vendidas respetivamente; na indisponibilidade deste será considerado, o valor médio das ofertas de compra e venda, difundidas por entidades financeiras de reconhecida credibilidade no mercado em que os ativos em causa se enquadram, desde que as entidades não se encontrem em relação de domínio ou de grupo, nos termos do artigo 21.º do Código dos Valores Mobiliários, com a Entidade Gestora. Na ausência deste último, será considerado o valor resultante da aplicação do modelo de avaliação *Black-Scholes*, à exceção dos *Credit Default Swaps* com maturidade inferior a doze meses os quais serão valorizados ao valor de amortização, caso não ocorram eventos de crédito que possam originar variações no preço do valor de amortização.

Valorização cambial

- Os ativos denominados em moeda estrangeira serão avaliados ao câmbio indicativo do Banco de Portugal do próprio dia, difundido através do sistema “*Reuters*”.

b) Valorização das Unidades de Participação

O valor líquido do Fundo é determinado diariamente nos dias úteis e determina-se pela divisão do valor líquido global do Fundo pelo número de unidades de participação em circulação.

O valor líquido global do Fundo é apurado deduzindo à soma dos valores que o integram o montante de comissões e encargos suportados até ao momento da valorização da carteira.

A rubrica de Variações Patrimoniais resulta da diferença entre o valor de subscrição ou resgate relativamente ao valor base da unidade de participação, na data de subscrição ou resgate, respetivamente.

c) Contratos de “Futuros”

As posições abertas em contratos de Futuros são refletidas em contas extrapatrimoniais, sendo valorizadas diariamente com base nas cotações de mercado. Os lucros e prejuízos realizados ou potenciais são reconhecidos em proveitos ou custos do exercício na rubrica “Ganhos ou Perdas em Operações Financeiras”, sendo os ajustamentos de cotações diários refletidos em contas de “Acréscimos e diferimentos” e transferidos no dia seguinte para a conta de depósitos à ordem associada.

A margem inicial associada aos respetivos contratos é registada na rubrica “Contas de devedores”.

d) Especialização dos exercícios

O Fundo regista as suas receitas e despesas de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, sendo reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento.

Nota 13 – Cobertura do Risco Cotações

Em 30 de Junho de 2022, o Fundo apresenta a seguinte exposição ao risco cotações:

Ações e Valores Similares	Montantes (Euros)	Extra-Patrimoniais		Saldo
		Futuros	Opções	
Ações	-	-	-	-
Unidades de Participação	52 102 117	-	-	52 102 117

Nota 14 – Perdas Potenciais em Produtos Derivados

O cálculo da exposição global em instrumentos financeiros derivados é efetuado pelo Fundo através da abordagem baseada nos compromissos, a qual corresponde, conforme definido pelo Artigo 17º do Regulamento nº 2/2015, ao somatório, em valor absoluto, dos seguintes elementos:

- a) Valor de posições equivalentes nos ativos subjacentes relativamente a cada instrumento financeiro derivado para o qual não existam mecanismos de compensação e de cobertura do risco;
- b) Valor de posições equivalentes nos ativos subjacentes relativamente a instrumentos financeiros derivados, líquidas após a aplicação dos mecanismos de compensação e de cobertura do risco existentes; e
- c) Valor de posições equivalentes nos ativos subjacentes associadas a técnicas e instrumentos de gestão, incluindo acordos de recompra ou empréstimo de valores mobiliários.

Apresenta-se de seguida o cálculo reportado a 30 de junho de 2022:

	Perda potencial no final do período em análise	Perda potencial no final do exercício anterior
Carteira sem derivados	54 326 354	100 243 913
Carteira com derivados	54 326 354	100 243 913
	0,00%	0,00%

Nota 15 – Custos Imputados

No período findo em 30 de junho de 2022 foram imputados ao Fundo os seguintes custos:

Encargos	Categoria A		Categoria B		Categoria C	
	Valor	%VLGF ⁽¹⁾	Valor	%VLGF ⁽¹⁾	Valor	%VLGF ⁽¹⁾
Comissão de Gestão Fixa	454 114	0,77%	43 149	0,52%	5 738	0,13%
Comissão de Depósito	3 027	0,01%	431	0,01%	229	0,01%
Taxa de Supervisão	4 371	0,01%	623	0,01%	331	0,01%
Custos de Auditoria	937	0,00%	133	0,00%	71	0,00%
Encargos outros OIC	-	-	-	-	-	-
Outros Custos Correntes	21 432	0,04%	3 054	0,04%	1 622	0,04%
TOTAL	483 881		47 390		7 990	

⁽¹⁾ Valor médio relativo ao período de referência

Nota 17 – Factos relevantes

1) Efeitos do conflito militar Rússia-Ucrânia

A invasão da Ucrânia por parte da Rússia e subsequente guerra trouxe um elemento adicional de incerteza ao ambiente de volatilidade de 2022. As sanções levantadas pela União Europeia e EUA ao gás natural e petróleo Russo aumentaram a pressão sobre os bancos centrais para normalizarem as suas políticas acomodativas e em resultado, no decorrer dos primeiros seis meses do corrente ano, a Reserva Federal aumento a sua taxa diretora em 150 pontos base, enquanto que o Banco Central Europeu sinalizou a sua intenção de eliminar a taxa de depósito negativa.

Para a indústria de gestão de ativos, a volatilidade provocada nas taxas core de curto prazo (2 anos) materializou-se num dos semestres mais difíceis de sempre, fruto da queda paralela entre obrigações e ações e a inexistência de ativos de refúgio. Apenas os ativos de matérias-primas, ausente da maioria das políticas de investimento dos produtos geridos, permitiu aos investidores realizar ganhos até ao fim de Junho de 2022.

2) Impacto nas Demonstrações Financeiras de 30 de junho de 2022

O Conselho de Administração da Sociedade Gestora acompanhou a evolução da situação económica nacional e internacional e os seus efeitos nos mercados financeiros, considerando que os efeitos, já conhecidos, das circunstâncias decorrentes do aumento das tensões geopolíticas, encontram-se reconhecidos nas Demonstrações Financeiras de 30 de junho de 2022 do Fundo e o seu impacto foi moderado.

3) Reconsideração da Continuidade

O Conselho de Administração da Sociedade Gestora continuará a acompanhar a evolução da situação económica nacional e internacional e os seus efeitos nos mercados financeiros,

considerando que as atuais circunstâncias decorrentes das tensões geopolíticas não colocam em causa a continuidade das operações do Fundo.